

## CARTA AO DIRECTOR

O número 3 de 2001 da nossa Acta, abre com um desafio editorial do Professor João M. Videira Amaral aos leitores para participarem na discussão sobre Educação e Formação. Embora pessoalmente tenhamos já conversado e colaborado nestes temas, o desafio merece resposta, que espero seja alargada.

Não é de esperar que discorde da posição expressa pelo Professor Amaral, pois quem me conhece, sabe que a partilho, mas gostaria de juntar alguns elementos à discussão.

A Medicina portuguesa sofre de décadas de atraso, não material mas de atitude, em relação aos países que estão na linha da frente da evolução das ciências médicas. A perspectiva secundária com que se encara a investigação clínica no nosso País é uma causa deste atraso. A visão de funcionário público «nine to five» é talvez outra. Provavelmente por isso, os médicos portugueses com uma perspectiva diferente facilmente progridem quando decidem trabalhar nos países mais desenvolvidos e são encarados como «excepções», figuras «excêntricas» ou «bizarras», quando persistem em desenvolver os seus projectos em Portugal.

A Investigação Clínica deveria fazer parte das actividades do Internato Complementar, sugere o Professor Amaral. Não poderia estar mais de acordo. No entanto, devo dizer que a formação dos internos para desenvolver a tal Investigação Clínica também deveria fazer parte do curriculum; que a Investigação Clínica também deveria fazer parte das actividades dos Assistentes e Chefes de Serviço, devendo ambos participar activamente na formação e incentivo dos Internos; e que a investigação desenvolvida deveria ser valorizada de forma real na progressão profissional.

A Investigação desenvolvida por um clínico é a aplicação da criatividade e imaginação à sua área de actividade. Tem sentido que seja valorizada curricularmente em menos de dois valores, sendo o resto para actividades administrativas e rotineiras? Onde está a visão clássica da *Ars Medica*, que a fez progredir? Os nossos actuais sistemas de formação médica e progressão nas carreiras privilegiam o cinzentismo e abafam a criatividade e a

inovação, perpetuando institucionalmente um estado das coisas que impede o desenvolvimento da Medicina em Portugal.

Estamos num beco sem saída? Claro que não, mas exige trabalho. Exige superar anos de inércia e gerações de médicos que não receberam formação nem incentivos para desenvolverem Investigação Clínica que permitisse avaliar e melhorar a sua actividade prestadora de cuidados. Exige formar novas gerações de internos numa nova atitude, mas também com as habilitações para a desenvolverem. Exige dar aos especialistas mais velhos a oportunidade de aprender os conhecimentos de que foram privados no seu tempo de formação básica, de modo a poderem desenvolver o seu trabalho de investigação e formar os seus internos.

É necessário um empenhamento real das Sociedades Científicas na promoção desta formação. São de louvar os esforços desenvolvidos pela Ordem dos Médicos, pela Sociedade Portuguesa de Pediatria e pela sua Secção de Neonatologia, mas são insuficientes. É necessária uma mudança de política institucional, vinculando os Serviços Clínicos dos Hospitais Universitários aos Departamentos de Epidemiologia das respectivas Universidades, através de protocolos de colaboração. É necessária a criação de Departamentos de Investigação Clínica nos hospitais de grande e média dimensão não ligados a universidades. É necessário que a Ordem dos Médicos reconheça a competência em Epidemiologia e que o Ministério da Saúde reconheça oficialmente a actividade de Epidemiologia, sem o qual nunca será possível uma entidade estatal contratar um epidemiologista a tempo inteiro nem abrir concurso para clínicos com competência em Epidemiologia.

A Medicina portuguesa sofre de um mal comum a toda a nossa Sociedade: um défice de formação. Enquanto não se apostar fortemente nesta vertente estaremos na causa da Europa, na Investigação Científica, como em todas as outras áreas.

*Daniel Virella*  
dvirella@mail.telepac.pt

---

---

**EM RESPOSTA**

Não podemos estar mais de acordo com a necessidade da formação científica integrar, inequivocamente, a programação curricular.

Em várias oportunidades temos defendido a investigação enquanto escola de criatividade, de humildade e de exigência.

No mesmo contexto, a investigação, a produção científica e docência têm que ser viabilizados na apreciação curricular dos concursos hospitalares para que a progressão na carreira obedeça a critérios selectivos em função de uma exegese de excelência.

A Ordem dos Médicos e as sociedades científicas terão de ser os garantes desta exigência e têm de pugnar por ela com veemência.

A medicina portuguesa está em crise quanto a nós. O facto tem eco em toda a Pediatria e agradecemos ao Dr. Daniel Virella o oportuno apontamento na resposta ao desafio editorial de um de nós.

*João Gomes-Pedro  
João Videira Amaral  
Armando Fernandes*